

O Demiurgo da Nação

Marcello Otávio N. de C. Basile

Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831

*de Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza.
São Paulo, Unesp, 1999. 396 p.*

Nos últimos anos, diversos trabalhos vêm introduzindo novas perspectivas nos estudos sobre a Independência do Brasil e a configuração do poder monárquico no Império brasileiro. Para além da narrativa dos acontecimentos e da análise dos aspectos estritamente político-institucionais, tais trabalhos evidenciam, por um lado, o desenvolvimento e a difusão de uma cultura política calcada nos princípios liberais, a formação de um espaço público e a participação popular em conflitos de rua e em manifestações de protesto, nos anos que acompanharam e se seguiram ao processo de Independência.¹ Por outro lado, apontam para as representações simbólicas, as liturgias políticas e o imaginário monárquico que conformaram a opção pela monarquia constitucional no Brasil e que cercaram as figuras dos dois imperadores brasileiros, em suas associações com o Estado e a nação.²

A obra recém-lançada da professora de história da Unesp, Iara Lis Carvalho Souza (originalmente sua tese de doutorado, produzida na Unicamp), insere-se exatamente na conjunção destas novas perspectivas historiográficas. A autora analisa os discursos, as práticas políticas e sociais, e as representações simbólicas referentes ao poder monárquico e, em particular, a dom Pedro I, os quais, dotados de um cunho pedagógico, teriam conferido ao Brasil, entre fins do século XVIII e início do XIX, uma identidade nacional enquanto um corpo político autônomo, forjando-se, assim, uma memória social.

Para tanto, parte das concepções organicistas sobre o poder real, correntes em Portugal na virada do século XVIII para o XIX, demonstrando como foram reelaboradas, neste período, a partir do impacto das idéias iluministas e liberais, com suas noções de pacto social, soberania do povo ou da nação, constitucionalismo e representação. Desta forma, o *corpo* do rei – que, na tradição medieval-cristã, era a própria encarnação do poder, confundindo-se com o *corpo* de Cristo – reveste-se agora de uma dimensão pública e litúrgica, necessária para dar legitimidade (fonte primeira da dominação) ao Estado e ao poder real, buscando identificar-se com a nação. É neste sentido que, para enfatizar a imagem pública construída de dom Pedro I, a autora utiliza o conceito de *persona*, o qual, “além de abarcar o foro íntimo, a personalidade do indivíduo, molda-se pelo artifício com que sua figura é externamente elaborada, ou seja, aquilo que de-fora lhe confere sentidos sociais, políticos, eficácias num jogo de representações e anseios políticos. Isto permite perseguir a construção da noção do imperador enquanto o lugar do contrato social, investido de toda uma estratégica liturgia da realeza” (p. 36).

Iara Lis traça, então, um amplo painel dos acontecimentos políticos que se seguiram à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, analisando os efeitos, para Brasil e Portugal, da chamada *inversão colonial*: a crise atravessada pela antiga metrópole e a necessidade de redefinição das relações entre ambos; o processo de integração política e econômica do Centro-Sul brasileiro; as novas práticas de sociabilidade então desenvolvidas; a polêmica em torno da definição do centro hegemônico do Império luso-brasileiro; as ameaças à manutenção desta unidade, com a conjuração de Gomes Freire Andrade, em Lisboa, e a insurreição de Pernambuco, ambas em 1817; o movimento vintista português e seus reflexos no Brasil, reformulando as relações entre os dois reinos, segundo os princípios liberais constitucionalistas de pacto social, representação e soberania; e, ainda, as controvérsias no Brasil sobre a questão da permanência ou do retorno de dom João VI.

É dentro deste contexto, que assinala a emergência de novos discursos e práticas políticas e sociais, que irá ser tecida a *persona* de dom Pedro. Sua entrada na cena pública se dá por ocasião do movimento constitucionalista promovido

pela Divisão Portuguesa no Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1821, quando aquelas tropas se rebelaram, exigindo de dom João obediência às determinações das Cortes de Lisboa, o juramento das bases da Constituição que estava sendo elaborada e a mudança de ministério; é quando dom Pedro aparece, em plena praça pública, como mediador do conflito, conseguindo acalmar os ânimos e assegurar o cumprimento das reivindicações do *povo e tropa*. Sua atitude foi, então, exaltada nas ruas, onde sucessivos *vivas* lhe foram dados, em relatos e poesias, que o enalteciam como um herói pacificador, e mesmo em um projeto de monumento a ser construído na própria praça onde havia negociado com as tropas (logo chamada de praça da Constituição, atual Tiradentes), no qual sua estátua ocuparia o alto do pedestal. Iara Lis percebe aí um marco no processo de construção da *persona* de dom Pedro, ao se colocar este em sintonia com uma nova maneira de fazer política, nos termos da cultura liberal, na qual a rua passa a desempenhar um papel preponderante, a esfera pública é valorizada e teatralizada, funcionando como um espaço privilegiado da liturgia do poder. Pouco tempo depois, em 21 de abril, dom Pedro voltava à cena pública, por conta dos distúrbios ocorridos na praça do Commercio, quando os eleitores ali reunidos em assembléia exigiram a adoção imediata da Constituição espanhola até que a portuguesa fosse ultimada, a nomeação de uma junta de governo e a permanência da família real no Brasil; desta vez, porém, o desfecho foi trágico, sendo os eleitores atacados e vitimados pelas tropas. Parece que a ordem para o ataque fora dada, ou ao menos consentida, por dom Pedro, mas, longe de lhe denegrir a imagem, tal atitude o elevou ainda mais no conceito das elites brasileiras, que, desejosas de conter os excessos populares, temiam que acontecimentos como este disseminassem a anarquia. Ao delimitar, em episódios como estes, os usos da esfera pública e da participação popular, dom Pedro despontava, para as elites, como a melhor opção para controlar o espaço público e representar a soberania.

É neste sentido que o príncipe vai-se afigurando, na definição de Iara Lis, como o “Imperador-Contrato” (capítulo 4), ao se converter paulatinamente no centro de aglutinação e potencialização dos interesses brasileiros empenhados na fundação de um novo pacto social, no qual a autonomia do Brasil frente a Portugal estaria assegurada, tanto quanto a manutenção da ordem. Para tanto, fora fundamental a difusão, por entre o público letrado e mesmo o iletrado (através da proliferação de jornais e panfletos políticos e da comunicação oral), da cultura política liberal, em cujo vocabulário sobressaía a idéia de contrato social. Se, a princípio, o novo pacto pretendido dava-se ainda nos termos do projeto ilustrado de constituição de um império luso-brasileiro, a partir de abril de 1822 foi sendo redefinido, ganhando corpo as aspirações de Independência.

Neste processo, as câmaras municipais (especialmente as do Centro-Sul) exerceram um papel fundamental, aderindo progressivamente à autoridade de dom Pedro no Rio de Janeiro – já agora fortalecida pela criação do Conselho de Procuradores das Províncias –, em detrimento das Cortes de Lisboa. A análise que a autora faz deste movimento de adesões é um dos pontos altos do livro. Destaca, assim, a importância que tiveram, no sentido de investir o príncipe de uma autoridade política maior sobre outras partes do Brasil e, ao mesmo tempo, afirmar o poder daquela instituição no âmbito local. Enquanto representantes do poder soberano do povo nesta instância e uma espécie de prolongamento do poder real sobre a localidade, as câmaras “se tornavam o contratante que celebrava com o príncipe um pacto modelado pela monarquia constitucional, engendrando um contrato liberal” (p. 147). Ao delegarem a soberania a dom Pedro, as câmaras buscavam também garantir a ordem social, contendo as manifestações de protesto e as aspirações populares que já se espalhavam por diversas províncias (Maranhão, Pará, Pernambuco, Bahia), no bojo das transformações políticas e das distensões que então se operavam na esfera pública.

Neste movimento de adesões a dom Pedro e de demarcação de uma esfera de decisão centrada no Rio de Janeiro, para o qual concorria a própria presença do príncipe e a imagem da monarquia constitucional como único sistema capaz de assegurar a ordem política e social, as festas públicas da realeza constituíram um elemento capital. Eis aqui uma das contribuições mais importantes do trabalho de Iara Lis, avançando por um campo ainda muito pouco explorado pela historiografia brasileira. Uma série de festas desse tipo teve lugar no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1831. Reverenciavam, a cada ano, os aniversários dos membros da família real, os batizados, os casamentos e mesmo a memória, como nos funerais, da realeza, celebrando, ainda, atos políticos marcantes, como a chegada da Corte, a elevação do Brasil à condição de Reino ou a aclamação de dom João; e isto sem falar nas festas religiosas, que contavam sempre com a presença do monarca, contribuindo para criar uma certa mística em torno do mesmo. Promovidas conjuntamente pelas câmaras, pela Igreja e pelos quartéis, tais festas eram celebradas nas mais diversas localidades brasileiras, apresentando, em geral, os mesmos elementos formais: iluminações, cortejos, desfiles de tropas, arcos do triunfo, brados de saudação, missas, *Te Deum*, bailes, danças típicas, fogos de artifício e até touradas e carros alegóricos; imagens, emblemas e falas que ritualizavam os acontecimentos celebrados e instituíam um novo espaço de sociabilidade. As festas reais revestiam-se, portanto, de um amplo caráter cívico, mobilizando milhares de pessoas dos mais diversos segmentos sociais em todo o Brasil, configurando uma liturgia política que valorizava o espaço público como forma de afirmação do poder real, da pessoa do imperador e do novo pacto social. Imbuíam-se, assim, de um cunho eminentemente pedagógico, definindo e difun-

dindo valores, padrões de comportamento e lugares sociais, que ensejavam uma noção de ordem. Entre tantos festejos, Iara Lis destaca, em primeiro lugar, as *festas de entrada*, que celebravam a chegada de dom Pedro nas cidades e vilas em que passara, durante suas viagens à São Paulo e Minas Gerais, em 1822, para garantir a adesão destas províncias à *causa do Brasil*. Assim como as demais, estas festas envolviam uma forte “economia afetiva entre o soberano e o súdito”, construindo “uma noção de Brasil como sociedade una e regulada, enfeixada na *persona* real, capaz de reunir os brasileiros através dos sentimentos cívicos, do amor ao soberano e à pátria, e não apenas por intermédio dos projetos e racionalidades políticos dos homens de Estado e de saber” (p. 254).

Feita a Independência e criados em seguida os símbolos nacionais (a divisa *Independência ou Morte*, o laço verde e amarelo, o hino, a bandeira e as armas nacionais), era preciso oficializar e legitimar, perante o povo e as províncias, o novo estatuto do Brasil. O espetáculo público das festas oficiais mostrou-se mais uma vez como a melhor solução, pela sua capacidade de mobilização, pelo seu forte apelo emotivo e pela sua visibilidade. As *festas de aclamação* do imperador, ocorridas em datas diversas por todo o país, formalizavam o novo contrato social, constituindo-se em uma celebração da soberania popular, que, por este ato, parecia conferir a dom Pedro o poder de governar e representar a nação. Enviados especiais foram despachados para as diversas províncias com a missão de noticiar e negociar a Independência; cada qual levava consigo um retrato de dom Pedro para ser oficialmente aclamado, em praça pública e com amplo concurso popular. As festas estendiam-se por vários dias, por vezes semanas, apresentando as mesmas atividades em geral encontradas nas demais comemorações cívicas, acrescidas agora da cerimônia de aclamação e do largo uso dos novos símbolos nacionais. No Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro (quando completava vinte e quatro anos de idade), dom Pedro foi aclamado em pessoa Imperador do Brasil, em nome da *vontade geral*. A 1º de dezembro, era coroado e sagrado, em uma cerimônia que, diferentemente da aclamação, ocorreria em recinto fechado, no interior da Capela Real, e bem ao estilo do Antigo Regime. Dom Pedro tinha então o seu mandato investido por Deus e pelo povo.

Toda esta profusão de festas constituía-se, assim, como assinala Iara Lis, “num aprendizado das virtudes apropriadas ao brasileiro, principalmente o amor à pátria, ao governante, que repudiava o descabido mando português e a anarquia. Tal pedagogia das festas ainda concorria para moralizar o brasileiro, pois, nelas, cerceavam-se e regravam-se os costumes, *amenizando-os*. Assim, as festas também concorriam para pacificar a praça pública” (p. 269). Afinal, se o *povo*, na acepção liberal, era o sujeito da soberania, fonte da *vontade geral*, também poderia ser sinônimo de ameaça social, promotor de desordens, cumprindo, portanto, *civilizá-lo*.

A autora também dedica-se a investigar a produção imagética referente à *persona* de Pedro I (com vinte e quatro figuras reproduzidas em anexo), enfocando a memória social construída em torno do soberano. Debruça-se, assim, sobre as obras de Debret e Grandjean de Montigny, que, com sua arte impregnada de civismo, de usos públicos e finalidades políticas, tentaram fixar para a posteridade uma imagem grandiosa do imperador, associando-o intrinsecamente à monarquia e à fundação do Império brasileiro.

Iara Lis não deixa, contudo, de acompanhar dom Pedro em seus momentos mais difíceis, enfocando o processo de deslegitimação de sua autoridade pública e política nos últimos anos do Primeiro Reinado. O desgaste da *persona* do imperador é analisado como fruto de sua incapacidade de manter, como antes, o controle sobre o espaço público, não conseguindo conter, no contexto da crise política e econômica da época, as agitações populares de rua e os arroubos da oposição liberal na Imprensa e no Parlamento. A *persona* de dom Pedro é esvaziada e distinguida do Império, e o 7 de abril de 1831 (data da Abdicação) é celebrado como o momento da *regeneração* brasileira, numa continuidade com o 7 de setembro.

Este processo de desconstrução da imagem heróica do imperador é tratado, todavia, de maneira um tanto rápida e superficial pela autora, em contraste com a profundidade da análise feita da construção daquela imagem. Mesmo não sendo esta uma questão primordial em seu trabalho, merecia um tratamento mais substancial; sobretudo dando mais atenção à forma como os jornais liberais – certamente os maiores agentes públicos neste processo de inversão – procuraram denegrir a *persona* de dom Pedro perante a opinião pública, ou mesmo buscando comparar as celebrações das festas cívicas em fins do Primeiro Reinado com as do período estudado.

De todo modo, Iara Lis ainda segue adiante, indo encontrar a recuperação da imagem pública de dom Pedro I nas décadas de 1850 e 1860, quando todo um debate foi travado em torno da proposta de edificação de um monumento em sua homenagem. A inauguração, em 1862, da estátua equestre do primeiro imperador brasileiro, na então praça da Constituição, selou novamente a sua associação ao Império, ao ato da Independência, transformando-o em monumento cívico identificado à fundação da nação.

O trabalho de Iara Lis, enfim, torna-se desde já uma referência importante para a compreensão do processo de Independência brasileiro, sobretudo quanto aos aspectos simbólicos e litúrgicos que permitiram que esta fosse efetivada e legitimada no âmbito do espaço público emergente. Constitui, assim, uma grata evidência dos avanços feitos pela *nova história política*, em suas articulações com a história sócio-cultural, na historiografia brasileira, em termos tanto de objetos, como de abordagens.

Notas

1. Ver, por exemplo, as teses de doutorado, infelizmente ainda não publicadas, de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da Independência, 1820-1822* (São Paulo, FFLCH-USP, 1992), e Gladys Sabina Ribeiro, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado* (Campinas, IFCH-Unicamp, 1997), e a dissertação de mestrado, também inédita, de Ruth Maria Kato, *Revoltas de rua: o Rio de Janeiro em três momentos (1821-1828-1831)* (Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 1988).

2. Neste caso, destacam-se os trabalhos de Lilia Moritz Schwarz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (São Paulo, Companhia das Letras, 1998), Maria Eurydice de Barros Ribeiro, *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil* (Brasília, UnB, 1995), Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: os bastidores da política, 1798-1822* (Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994) e, para o período joanino, a tese de doutorado inédita de Jurandir Malerba, *A Corte no exílio: interpretação do Brasil joanino (1808 a 1821)* (São Paulo, FFLCH-USP, 1997).